

Uma análise eleitoral: a disputa para governador do estado do Paraná nas eleições de 2014

Larissa Aparecida Dionizio¹, João Matheus Afinovicz de Lima², Laysa Ogliari Beraldo³

RESUMO

A geografia eleitoral é uma vertente da geografia humana que possibilita realizar análises e compreender as dinâmicas políticas em diversos níveis, desde o global até o local. Em um mundo cada vez mais interligado, as análises espaciais desempenham um papel importante na investigação dos padrões e tendências que influenciam os processos eleitorais. O ano de 2014 foi marcado por eventos políticos tanto no cenário internacional quanto no contexto brasileiro, especialmente no âmbito das eleições. A partir disso, o presente estudo tem como objetivo principal identificar e contextualizar os acontecimentos políticos de 2014, ressaltando a relevância da geografia eleitoral na análise desses eventos. Sendo assim, para cumprir o objetivo proposto, foram realizadas análises do cenário político internacional no ano de 2014, com destaque para as dinâmicas globais que influenciaram os processos eleitorais em diversas nações, especialmente na América do Norte e América do Sul. Em seguida, as análises foram direcionadas ao panorama político brasileiro, identificando os eventos e perspectivas nacionais relevantes, e posteriormente, aos eventos políticos estaduais, com foco para o Estado do Paraná. A partir disso, foi possível identificar os candidatos para o governo do Estado na eleição de 2014, quem foi eleito e tomou posse em janeiro de 2015. Além disso, o estudo possibilitou compreender o contexto social e histórico que permeava o território paranaense nesse período. Ressalta-se que os procedimentos metodológicos realizados para a produção das análises partiram da leitura de referenciais teóricos, pesquisas bibliográficas em

¹ Mestre e doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. Pesquisadora discente no Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES - Unicentro). E-mail: larissadionizio9@gmail.com.

² Mestre e doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. Pesquisador discente no Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES - Unicentro). E-mail: joaoafinovicz158@gmail.com

³ Acadêmica de Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, Guarapuava - PR. Aluna pesquisadora no Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES - Unicentro). E-mail: ogliarilaysa@gmail.com.

Agradecemos ao servidor do IPARDES, Julio Cesar de Ramos, pela produção cartográfica e pelo georreferenciamento dos dados utilizados neste artigo

sites acadêmicos, jornais e noticiários, além da análise de mapas que possibilitaram o entendimento acerca da espacialização do voto no Estado do Paraná. Dessa forma, ao contemplar esses diferentes níveis de análise – internacional, nacional e local –, buscou-se não apenas compreender os eventos políticos de 2014, mas também ressaltar a importância da geografia política e da geografia eleitoral como ferramentas essenciais para entender as complexidades das dinâmicas políticas.

Palavras-chave: Geografia eleitoral; Cartografia; Eleições 2014; Paraná.

ABSTRACT

Electoral geography is a branch of human geography that enables the analysis and understanding of political dynamics at various levels, from global to local. In an increasingly interconnected world, spatial analyses play a crucial role in investigating the patterns and trends that influence electoral processes. The year 2014 was marked by political events both on the international stage and within the Brazilian context, particularly regarding elections. Consequently, the main objective of this study is to identify and contextualize the political events of 2014, highlighting the importance of electoral geography in analyzing these events. To achieve the proposed objective, analyses were conducted on the international political scenario in 2014, with a focus on the global dynamics that influenced electoral processes in various nations, especially in the Americas and Latin America. Subsequently, the analyses shifted to the Brazilian political landscape, identifying relevant national events and perspectives, and later to state-level political events, focusing on the state of Paraná. This allowed for the identification of the candidates for the governorship in the 2014 election, as well as the elected official who took office in January 2015. Additionally, the study provided an understanding of the social and historical context surrounding Paraná during this period. It is noteworthy that the methodological procedures employed for the analyses were based on the review of theoretical references, bibliographic research on academic websites, newspapers, and news outlets, as well as map analysis that enabled the understanding of the spatial distribution of votes in the state of Paraná. Thus, by encompassing these different levels of analysis—international, national, and local—the study aimed not only to comprehend the political events of 2014 but also to emphasize the importance of political geography and electoral geography as essential tools for understanding the complexities of political dynamics.

Keywords: Electoral Geography; Cartography; 2014 Elections; Paraná.

A geografia eleitoral: perspectivas e tendências sobre sua importância nas análises espaciais

De acordo com a bibliografia, os estudos e pesquisas acerca da ampla temática da geografia eleitoral têm apresentado um notável crescimento na última década. No entanto, anterior aos dados e informações sobre essa abordagem geográfica, se faz necessário entender como a mesma se originou e qual seus precursores.

Segundo Terron (2012), embora a geografia eleitoral não seja um campo novo, sua evolução ao longo do tempo é notável, impulsionada principalmente pela disponibilidade crescente de dados e avanços tecnológicos, especialmente no campo das tecnologias geoespaciais. Apesar desses recursos renovados, o arcabouço teórico-conceitual da geografia eleitoral tem raízes que remontam a, pelo menos, um século. Desde seus primórdios, os pesquisadores têm explorado como os fatores geográficos influenciam o comportamento eleitoral e os resultados das eleições.

A história da geografia eleitoral remonta a um período distante, tendo seu surgimento registrado na França em 1913. O pioneiro do estudo, André Siegfried, abordou a relação entre o padrão de votação e as características do solo em uma região específica do país. A partir desse marco inicial, uma série de estudos subsequentes emergiram, progressivamente ampliando e refinando a pesquisa acadêmica sobre o voto e seu comportamento. Esse desenvolvimento deu origem aos estudos de representação cartográfica e análises estatísticas destinadas a compreender os fenômenos políticos subjacentes às escolhas eleitorais (Terron, 2012).

Terron, em um dos seus estudos realizados em 2012, traçou a linha do tempo e identificou autores que contribuíram para o desenvolvimento da geografia eleitoral ao longo de diferentes décadas. A autora também destaca um período de adormecimento das pesquisas nessa área. Contudo, o ressurgimento dos estudos em geografia eleitoral ocorreu a partir da década de 1970, à medida que os pesquisadores passaram a integrar outras ferramentas e métodos de investigação em suas pesquisas, indo além da análise puramente teórica:

Em síntese, o efeito de vizinhança, a influência das redes sociais, e o impacto do contexto geográfico sobre a decisão do eleitor constituem as bases da discussão conceitual da geografia eleitoral que ressurge em meados da década de 1970. Este ressurgimento deve-se também aos avanços tecnológicos que permitiram o surgimento de novas técnicas de análise espacial [...] investiram e desenvolveram técnicas e modelos de análise espacial que potencializaram tremendamente o campo de estudo (Terron, 2012, p. 13).

Nesse sentido, Carvalho e Santos (2015) destacam como a presença de novas técnicas e procedimentos metodológicos tem auxiliado os estudos no campo da geografia eleitoral, possibilitando uma maior amplitude nos resultados de pesquisas. Esses estudos são obtidos através de uma variedade de ferramentas metodológicas, incluindo o acesso aos dados digitais disponibilizados por diferentes países e regiões como, por exemplo, a plataforma do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no Brasil. Além disso, o avanço de diversas metodologias permite a criação de mapas e cartogramas detalhados dos resultados de eleições específicas, juntamente com análises baseadas em dados estatísticos que aumentam a precisão e a profundidade das pesquisas acadêmicas.

A aplicação dos procedimentos metodológicos existentes e o desenvolvimento de novas abordagens permitiram que a geografia eleitoral evoluísse para se tornar um campo específico dentro das pesquisas geográficas. Portanto, o uso apropriado de metodologias provenientes da abordagem geográfica ajuda os pesquisadores a identificar padrões, correlações e distinções, comportamentos específicos presentes no recorte espacial que estão analisando, como explica Terron (2012, p. 17):

A geografia eleitoral pode revelar ao pesquisador a constituição de territórios eleitorais e conexões entre atores políticos e suas bases eleitorais; ao político pode fornecer informações relevantes para as estratégias de campanha; e para o cidadão pode se converter num instrumento de fiscalização dos representantes do “seu território”.

Dessa forma, compreende-se como a geografia eleitoral pode ser utilizada por diferentes atores sociais: para os pesquisadores,

auxilia no entendimento das conexões políticas; para os políticos, ajuda na formulação de estratégias políticas e de campanha eleitoral; para os cidadãos, serve como uma forma de averiguação de quem são ou serão seus representantes, além do uso do voto para a escolha dos seus representantes no Executivo e no Legislativo.

Diante disso, ressalta-se a importância de estudar essa vertente geográfica e sua aplicabilidade tanto na academia quanto fora dela. Por exemplo, opositores políticos frequentemente utilizam cartogramas ou mapas com resultados eleitorais para avaliar suas chances de vitória. Além disso, outra perspectiva é o uso dos materiais produzidos a partir da geografia eleitoral e geografia política para influenciar o comportamento do voto em diferentes escalas, seja em uma cidade, estado ou país, como explica Terron (2012, p. 12):

Vários aspectos como a economia, a religião, a decisão racional, o poder de persuasão das campanhas, e as características pessoais do candidato passaram a ser objeto de investigação sobre a escolha eleitoral.

Nesse sentido, a geografia eleitoral desempenha um papel fundamental ao identificar os fatores que impactam a escolha do voto, bem como o comportamento ou os eventos sociais ocorridos em momentos específicos que influenciam a seleção de candidatos pelos eleitores. Isso ressalta como a compreensão desses elementos pode informar estratégias políticas e a tomada de decisões eleitorais:

Nota-se que a geografia eleitoral como contexto revela que o voto não é fruto de uma simples decisão racional individual do eleitor, mas é balizada por condições socioespaciais específicas. Além da localização de moradia, da distância e do efeito vizinhança, outras pesquisas apontam também a relação entre tamanho territorial e demográfico com abstenção e disputas intra- e interpartidárias (Azevedo, 2023, p. 16).

Os fatores sociais, econômicos e geográficos exercem influência significativa sobre o comportamento dos eleitores, afetando, por conseguinte, os resultados das eleições. Para além da simples localização dos eleitores, aspectos como a acessibilidade aos

locais de votação e o contexto social da vizinhança ou da família desempenham papéis relevantes na escolha do voto. Esses elementos destacam que o voto é uma construção influenciada pelo ambiente em que ocorre, não se limitando a uma escolha individual isolada. Assim, a geografia eleitoral se propõe a compreender e investigar esses fatores de influência em suas análises, especialmente por meio da espacialização de dados, visando entender como tais fatores impactam o voto (Castro, 2005).

Dessa forma, esses elementos constituem a ampla gama de análises presentes nos estudos espaciais, nos quais o espaço e seus diversos aspectos são o principal foco de investigação e compreensão do comportamento de voto:

[...] tanto os sistemas eleitorais como os resultados das eleições podem ser analisados através do que apontamos como razões espaciais, ou seja, as muitas condições que no território cercam a existência humana, como a localização, a vizinhança, a densidade demográfica, as instituições, os equipamentos à disposição dos cidadãos etc (Castro, 2005, p. 159).

As características espaciais são utilizadas como ponto de partida ao conduzir estudos ou elaborar análises relevantes à geografia eleitoral. Isso ocorre porque a análise detalhada do espaço geográfico é pertinente aos partidos políticos e representa uma estratégia significativa, principalmente quando focada em regiões específicas, onde o objetivo é conquistar o máximo de votos possível (Azevedo, 2023).

No entanto, destaca-se que o uso e a realização de análises espaciais não necessariamente implicam na produção de mapas ou cartogramas. Nesse caso, os autores aqui apresentados e o presente trabalho referem-se a um conjunto de características que compõem o espaço em análise, como expõe Terron (2012, p. 16):

A análise espacial pode ser confundida com a produção de mapas. Toda produção de mapa pressupõe uma análise do espaço geográfico, mas a análise espacial de que tratamos refere-se ao método que possibilita a investigação de eventos, padrões e também de processos que operam no espaço.

Sendo assim, a análise espacial é uma abordagem metodológica que permite a investigação de eventos, padrões e processos que operam no espaço geográfico. Para Terron (2012, p. 16) “o espaço transformado e em transformação é, neste contexto, uma categoria analítica relevante, e a análise espacial é um dos métodos que pode revelar padrões e mudanças”. Assim, a análise espacial proporciona uma compreensão mais profunda dos processos que moldam o espaço, transcendendo a visualização cartográfica.

Embora a produção de mapas e a análise espacial sejam distintas em suas abordagens metodológicas, é fundamental reconhecer que estão intrinsecamente interligadas. Ressalta-se que, ao examinar um mapa, é essencial considerar não apenas o recorte espacial ou local representado, mas também os fatores históricos e sociais que o permeiam, resultando assim em uma análise espacial completa e abrangente. A partir dessa análise, é possível identificar agentes e atores políticos de maior ou menor reconhecimento por parte dos eleitores, como exposto por Azevedo (2023, p. 12), “o mapeamento do voto permite, inclusive, identificarmos quais municípios possuem uma maior ou menor volatilidade eleitoral, isto é, a taxa de votos dos eleitores que mudaram de opção eleitoral de um pleito para outro”.

Compreender o impacto das reproduções cartográficas nas relações sociais e políticas é fundamental para os geógrafos, pois os mapas não são apenas representações neutras do espaço geográfico, mas também instrumentos de poder e influência. A forma como os mapas são produzidos e utilizados pode refletir e perpetuar desigualdades sociais e políticas, além de influenciar a percepção pública e as políticas governamentais (Azevedo, 2023).

A partir disso, entende-se a importância da produção de dados georreferenciados que possam fomentar cada vez mais as pesquisas geoespaciais. Os dados georreferenciados possibilitam e viabilizam a espacialização das informações, que, neste caso, remetem-se a dados eleitorais e políticos, permitindo uma análise geográfica mais precisa e abrangente:

No que concerne à construção das bases de dados geoespaciais há, normalmente, que se realizar uma compatibilização entre dados

geoespaciais (malhas territoriais digitais), socioeconômicos e eleitorais, devido a sua proveniência de fontes diversas. As diferenças relativas às alterações da divisão político-administrativa ao longo do tempo também requerem compatibilizações para que se utilize séries temporais na análise. A construção da base de dados geoespacial é um desafio permanente para o pesquisador (Terron, 2012, p. 15-16).

Neste contexto, a bibliografia apresentada contribui para o entendimento de que os mapas não se limitam à mera distribuição espacial dos votos, mas também incorporam outras variáveis relevantes, como indicadores econômicos, sociais, étnicos e educacionais. Essa abordagem enriquece a análise geográfica dos resultados eleitorais, permitindo uma compreensão mais abrangente dos efeitos do espaço nas escolhas dos eleitores.

Assim, a cartografia revela-se indispensável para uma análise eficaz desses fenômenos. Tal análise crítica não apenas aprimora nossa compreensão do mundo, mas também informa debates e ações voltadas para a justiça social e igualdade. Paralelamente, os dados georreferenciados desempenham um papel fundamental na tomada de decisões em diversas áreas, sendo elementos essenciais para a pesquisa e para a prática geográfica.

Dinâmicas globais em 2014: uma retrospectiva do contexto político internacional

Os países buscam estabelecer alianças econômicas de maneira estratégica, porém, atualmente, outros critérios essenciais influenciam na formação de alianças políticas globais. Além das considerações econômicas, fatores como segurança nacional, interesses geopolíticos, valores compartilhados, diplomacia multilateral e preocupações com questões ambientais e de direitos humanos desempenham papéis significativos na determinação de alianças políticas internacionais.

A partir disso, destaca-se a importância de estudar e compreender o cenário político global para evidenciar a relação entre a política externa e interna dos países, como é o caso do Brasil, uma vez que as interações internacionais impactam diretamente nas políticas domésticas. Eventos globais frequentemente servem como indicadores para acontecimentos similares

em níveis locais. Além disso, os líderes políticos respondem aos acontecimentos internacionais ao moldar suas políticas. Compreender o contexto global também possibilita a avaliação das implicações das políticas locais em um contexto mais amplo.

Um exemplo disso é a aliança estabelecida em 2015 entre os Estados Unidos e o Irã, que surgiu devido às preocupações globais relacionadas ao programa nuclear iraniano e tinha o objetivo de supervisionar as atividades nucleares do país. No início, pode-se interpretar que tal acordo favorece apenas os Estados Unidos. No entanto, é evidente que a economia do Irã já estava profundamente debilitada devido aos embargos econômicos que vinha enfrentando. O país foi sufocado pelas diversas sanções econômicas internacionais impostas ao longo de 12 anos de disputas em relação ao seu programa nuclear. Isso indica que a união dos países europeus com os Estados Unidos não foi direcionada exclusivamente a interesses econômicos, mas sim à segurança global (Turrer, 2015).

Durante o ano de 2015, mais de 1 milhão de migrantes e refugiados fugiram para a Europa, entre eles sírios, afegãos e iraquianos. A recepção de migrantes pela Europa não está necessariamente vinculada a aproximações diretas entre países. Apesar disso, uma postura acolhedora de um país demonstra uma conduta humanitária positiva, que pode influenciar futuras relações entre as nações. Essa atitude pode criar laços de cooperação e solidariedade entre os países envolvidos, embora não seja o único fator determinante nas relações internacionais (ACNUR, 2015).

Entre 2014 e 2018, o cenário político eleitoral em todo o mundo também sofreu transformações significativas, como a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos e o *impeachment* de Dilma Rousseff no Brasil, que desencadearam uma onda de instabilidade política em várias regiões. A ascensão de partidos de extrema-direita, como o Alternativa para a Alemanha na Alemanha, reflete um realinhamento político global, onde algumas nações estão adotando ideologias mais conservadoras e nacionalistas. Esses eventos demonstram como os desenvolvimentos políticos locais e globais estão intrinsecamente

interligados, influenciando e sendo influenciados pelo panorama geopolítico global.

Os eventos políticos globais ocorridos nos últimos anos têm impactado diretamente as relações internacionais e o cenário geopolítico mundial. A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, com sua plataforma conservadora e nacionalista, gerou mudanças significativas na política externa americana, provocando repercussões em outros países e organizações internacionais. Da mesma forma, a crise política e econômica na Venezuela causou instabilidade na região e levou a confrontos com outras nações, especialmente aquelas que contestaram o governo de Nicolás Maduro. Além disso, a ascensão de partidos de extrema-direita na Europa, como na Alemanha, reflete um aumento do apoio a ideologias populistas e nacionalistas em várias partes do mundo.

Esses eventos não apenas moldaram o panorama político global, mas também tiveram impactos regionais significativos, como observado na América Latina. A posse do ex-presidente Jair Bolsonaro no Brasil, em 2018, representou um marco no realinhamento político da região, com um governo de centro-direita assumindo o poder. No entanto, conforme aponta Cunha (2018), enquanto muitos países latino-americanos seguem essa tendência, o México se destaca ao eleger López Obrador, marcando uma guinada histórica à esquerda.

Trajetórias presidenciais na América: um panorama político de 2015 a 2018

Inicialmente, é fundamental compreender como as dinâmicas políticas e eleitorais de nível nacional exercem impacto na escolha de presidentes, governadores e outros cargos políticos em níveis locais.

Esse entendimento se revela fundamental por diversas razões. Em primeiro lugar, as decisões políticas e eleitorais tomadas em níveis superiores frequentemente desencadeiam um efeito cascata, impactando diretamente os processos eleitorais em níveis inferiores, como municípios, distritos e Estados. Por exemplo, a vitória de um candidato presidencial ou governador associado a determinado partido político pode fortalecer ou enfraquecer a

base política desse partido em contextos locais, fato que influencia significativamente o resultado das eleições para outros cargos de menor abrangência.

A mesma dinâmica pode acontecer no âmbito mundial ou continental, como no caso em questão. Isso acontece porque os países, assim como os Estados que os compõem, são, simultaneamente, espaços políticos e geográficos formados por relações de poder muitas vezes abstratas, mas que se disseminam e se materializam no espaço:

O espaço político é então um lugar mobilizado para o confronto, onde os homens agem coletivamente com uma intenção, o lugar da defesa de interesses, da negociação e da disputa de poder sobre os acordos em relação às normas necessárias ao convívio pacífico entre diferentes visões de mundo. Há, pois na ação no espaço político uma dimensão instituinte, ou seja, uma conexão com o poder decisório governamental, qualquer que seja a sua escala (Castro, 2012, p. 123).

Nesse contexto, a análise do cenário eleitoral americano durante os anos de 2015 a 2018 se mostra fundamental para a compreensão das relações políticas e econômicas entre os presidentes e políticos da época. Esse entendimento pode ser muito esclarecedor no que diz respeito aos vínculos entre os líderes eleitos e suas políticas, bem como sobre as dinâmicas de poder dentro e entre os diferentes órgãos governamentais.

Ainda, compreender essas relações é importante para elucidar potenciais conflitos entre países, uma vez que tais disputas podem ter impactos significativos na estabilidade e no crescimento econômico dos países envolvidos, além de serem um potencial determinador dos posteriores eleitos. Um exemplo notável é o conflito de longa data entre os Estados Unidos e Cuba, que persiste até os dias atuais e continua a afetar adversamente a economia cubana.

Com efeito, a geografia eleitoral desempenha um papel fundamental na compreensão dos processos políticos contemporâneos, especialmente em uma sociedade globalizada onde as informações circulam rapidamente. Isso abrange não apenas as informações em si, mas também as declarações e políticas elaboradas pelos atores governamentais. A concordância ou

discordância de posicionamentos entre países pode resultar na formação de laços ou na fragmentação das relações internacionais. Essa interação entre a geografia eleitoral e a dinâmica geopolítica revela a complexidade dos fenômenos políticos em um mundo interconectado, onde as decisões tomadas em um país podem ter repercussões significativas em outras partes do globo. Assim sendo:

Os autores afirmam que o voto precisaria ser visto dentro de um modelo de democracia liberal e, por essa razão, posicionam a geografia eleitoral como uma geografia do suporte (*geography of support*), isto é, um ramo que serviria para manutenção do status quo, sem questionar o suposto papel transformador das eleições em um sistema-mundo capitalista (Azevedo, 2023, p. 6).

O período entre 2015 e 2018 na política das Américas foi marcado por uma série de eventos significativos, tanto na América do Norte quanto na América Central e na América do Sul. No Brasil, por exemplo, 2015 começou com a presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), no poder, mas culminou em seu impeachment em 2016. Já em 2018, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, associado ao Partido Liberal (PL), foi eleito no segundo turno das eleições, marcando uma mudança significativa no panorama político brasileiro.

Nesse mesmo período, pode-se observar transformações notáveis no cenário político dos Estados Unidos e da América Central. A eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos em 2016 representou uma mudança radical em relação à administração anterior de Barack Obama, sinalizando uma nova direção política para o país.

No contexto da América Central, também se testemunhou uma variedade de orientações políticas entre os líderes regionais. Enquanto figuras como Enrique Peña Nieto, Otto Pérez Molina e Juan Orlando Hernández foram associadas a tendências de extrema-direita e domínio político em seus países, a ascensão de Luis Guillermo Solís na Costa Rica trouxe uma nova dinâmica política, encerrando o bipartidarismo tradicional e estabelecendo um governo liderado pelo Partido Ação Cidadã (Meléndez, 2014).

Além disso, líderes como Salvador Sánchez Cerén, de El Salvador, e Daniel Ortega, da Nicarágua, são reconhecidos por suas políticas populistas e de esquerda. Segundo Morotti (2014), ambos atuaram como ex-guerrilheiros, lutando contra regimes autoritários em seus países. Esses exemplos destacam a diversidade de ideologias e experiências políticas na região, evidenciando as complexidades do panorama político na América Central.

Esses anos foram caracterizados por uma variedade de orientações políticas na região, refletindo as complexidades e desafios enfrentados pelos líderes e sociedades latino-americanas, como pode ser analisado no quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - O contexto presidencial na América Latina em 2015.

PAÍS	PRESIDENTE	PARTIDO POLÍTICO
Argentina	Cristina Fernández de Kirchner	Partido Justicialista (Esquerda/Peronista).
Bolívia	Evo Morales	Movimento ao Socialismo (MAS) (Esquerda/Socialista)
Brasil	Dilma Rousseff	Partido dos Trabalhadores (PT) (Esquerda/Trabalhista).
Chile	Michelle Bachelet	Nova Maioria (Centro-Esquerda).
Colômbia	Juan Manuel Santos	Partido Social da Unidade Nacional (Partido da U) (Centro-Direita/Conservador).
Equador	Rafael Correa	Aliança País (Esquerda/Progressista)
Paraguai	Horacio Cartes	Partido Colorado (Centro-Direita)
Peru	Ollanta Humala	Partido Nacionalista Peruano (Esquerda/Populista)
Uruguai	Tabaré Vázquez	Frente Ampla (Esquerda/Progressista)
Venezuela	Nicolás Maduro	Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) (Esquerda/Socialista)



Fonte: Autores (2024).

O quadro 1 acima ilustra a diversidade ideológica existente entre os partidos políticos e líderes na América Latina. Enquanto alguns líderes, como Cristina Fernández de Kirchner na Argentina e Nicolás Maduro na Venezuela, estão associados a partidos de esquerda e ideologias socialistas, outros, como Juan Manuel Santos

na Colômbia e Horacio Cartes no Paraguai, representam partidos de centro-direita e tendências conservadoras.

A América Latina testemunhou, durante o período em questão, uma predominância de políticos ligados a partidos de esquerda ou progressistas em diversos países, como Bolívia, Equador, Uruguai e Brasil. Essa tendência reflete a ascendência e aceitação de líderes e partidos políticos que priorizam políticas sociais e econômicas voltadas para uma maior inclusão social e econômica. Esses líderes muitas vezes buscam implementar programas e reformas que visam reduzir a desigualdade, promover o acesso à saúde, à educação e a serviços básicos, além de defenderem políticas de proteção aos direitos trabalhistas e sociais.

Além dos partidos tradicionais, como o PT no Brasil e o Partido Colorado no Paraguai, é possível identificar alianças políticas, como a Nova Maioria no Chile e a Frente Ampla no Uruguai, que surgiu de uma coalizão entre partidos socialistas, comunistas, democratas-cristãos além de outros partidos de centro-esquerda. Essas alianças podem reunir vários partidos políticos com objetivos e ideologias comuns, o que favorece uma possível vitória do candidato.

Por fim, a presença de líderes associados a partidos de esquerda e de direita sugere uma polarização política, assim como foi evidenciado nos países mencionados, durante o período analisado. Essa polarização pode estar ligada não apenas às dinâmicas políticas internas, mas também às relações entre os países vizinhos e os atores globais, como explicado anteriormente.

Acontecimentos e perspectivas da política brasileira em 2014: acontecimentos e alianças políticas

A partir do entendimento acerca do contexto político do continente americano e global, este estudo passa a apresentar o território brasileiro como recorte espacial e de análises, buscando analisar os acontecimentos políticos marcantes que aconteceram no ano de 2014.

No entanto, após comentar e apresentar informações sobre a eleição de 2014, é importante retornar teoricamente ao ano de 2013, especificamente após as manifestações que foram realizadas em junho do mesmo ano, quando a participação política no Brasil passou por um novo capítulo em sua história. Esses protestos

reuniram pessoas de diferentes origens e posições políticas, todas expressando suas insatisfações com uma ampla gama de questões, desde transporte público até corrupção e gastos governamentais.

Entretanto, à medida que o movimento se expandiu e se tornou mais visível, as divergências ideológicas entre os participantes começaram a surgir. Grupos com diferentes orientações políticas, tanto de esquerda quanto de direita, tornaram-se mais evidentes, levando a divisões internas e debates sobre os rumos do movimento. Essa fragmentação gradualmente levou à dispersão do movimento, com as pessoas se agrupando em direções de militância opostas. Esse período ficou caracterizado pela intensificação da polarização política e ideológica, com as diferenças entre esquerda e direita se tornando mais proeminentes na esfera pública e influenciando o cenário político brasileiro durante as eleições e além delas (Chaia; Brugnago, 2014).

Os protestos de 2013 no Brasil desencadearam uma mudança significativa no cenário político, inicialmente liderados pelo Movimento Passe Livre em defesa do transporte público. As mídias sociais forneceram uma narrativa alternativa aos protestos, contrapondo a visão dos telejornais tradicionais. Isso levou a um questionamento generalizado sobre a veracidade das informações veiculadas pela mídia. Os protestos reuniram pessoas de diferentes posições políticas, desde moderados até extremistas, em um movimento de reivindicação e protesto sem precedentes na história do Brasil, demonstrando o poder da sociedade civil em influenciar a agenda política (Chaia; Brugnago, 2014).

Esse ambiente de mobilização e questionamento influenciou diretamente o cenário político durante as eleições de 2014, onde apenas três candidatos presidenciais, Marina Silva do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Dilma Rousseff do PT e Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), emergiram como protagonistas dos debates e tiveram maior visibilidade nas redes sociais e na mídia. Esse destaque foi especialmente relevante devido à candidatura de Dilma Rousseff à reeleição.

Sendo assim, a partir dos dados do TSE, é relevante destacar que a eleição geral federal de 2014 contou com um total de 11 candidaturas para a Presidência da República. Além das disputas para a Presidência, a eleição de 2014 também contou com a disputa pelos cargos de governador, senador, deputado federal e estadual em todo

o País. Todavia, a campanha presidencial emergiu como o ponto central das atenções nos jornais, sites e noticiários da época, destacando-se pela intensidade dos debates realizados. Esse período foi marcado por uma competição acirrada entre os candidatos, cada um representando suas ideologias partidárias, o que refletia as preocupações e as aspirações do eleitorado brasileiro:

[...] A campanha das eleições de 2014 foi muito tensa, elevando as provocações entre partidários. Vários conflitos foram relatados em manifestações, principalmente quando esquerda e direita se encontravam. A tensão que normalmente pertencia às torcidas de futebol em jogos clássicos acalorados passou para a política. A massa passou a discutir política em seu dia a dia, principalmente pela Internet (Chaia; Brugnago, 2014, p. 102).

Segundo Rocha (2014) em um dos seus artigos para o *El País*, a eleição foi notável por apresentar uma polarização política que não era vista desde 1989. A partir de 2006, houve uma mudança significativa no comportamento eleitoral das classes populares no Brasil. Anteriormente, essas classes mantinham vínculos históricos com partidos mais conservadores, como o Democratas (DEM) (anteriormente conhecido como Partido da Frente Liberal (PFL)). No entanto, nesse período, as classes populares passaram a aderir majoritariamente às bandeiras de esquerda defendidas pelo PT.

Essa mudança representou uma ruptura significativa com a tradição política do País e indicou uma polarização mais pronunciada entre esquerda e direita. A adesão às políticas de esquerda pelo PT foi vista como uma forma de representação das classes dominadas, enquanto os partidos mais conservadores eram associados às classes dominantes. Essa dinâmica refletia não apenas uma divisão política, mas também uma divisão social e econômica mais ampla, evidenciando a luta por poder e representação das diferentes classes dentro da sociedade brasileira (Rocha, 2014).

Nesse aspecto, entende-se que havia duas principais candidaturas que formavam duas frentes políticas, representadas por Dilma Rousseff e Aécio Neves. No entanto, Eduardo Campos emergiu como uma alternativa política na corrida eleitoral, associada à chamada terceira via. Após sua morte, sua vice na chapa, a ex-senadora Marina Silva, assumiu a liderança da campanha. Marina rapidamente ganhou destaque nas pesquisas de opinião e parecia

ter reais chances de chegar à Presidência. No entanto, ao longo da campanha, ela enfrentou uma queda significativa nas pesquisas, o que a impediu de avançar para o segundo turno. Apesar disso, a presença de Marina como uma candidata competitiva e sua breve ascensão nas pesquisas indicaram um cenário político em que uma terceira opção política tinha uma maior viabilidade do que em eleições anteriores, desafiando a tradicional polarização entre PT e PSDB (Ayer, 2014).

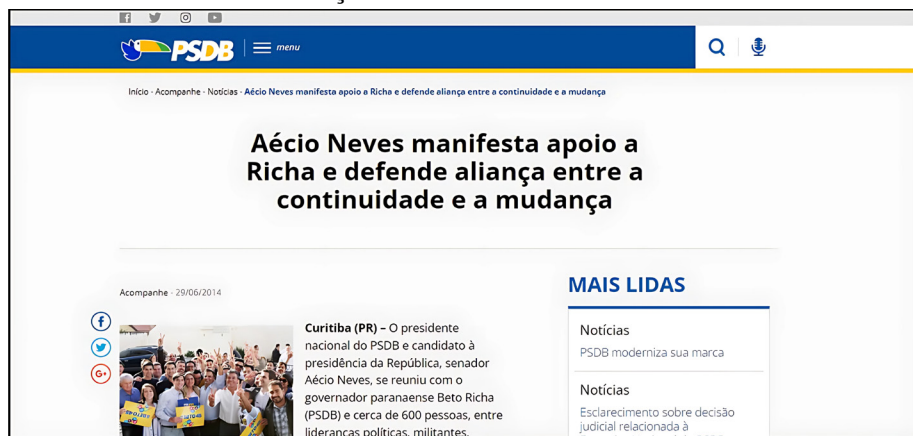
Dilma Rousseff e Aécio Neves avançaram para o segundo turno da eleição presidencial, apesar da presença e da articulação política organizada pela chamada terceira via, representada por Marina Silva. A vitória apertada de Dilma sobre Aécio, com uma diferença de apenas 3 milhões de votos, desencadeou um movimento conservador de direita. Surgiram protestos nas ruas clamando pelo impeachment da presidenta e até mesmo pelo retorno da ditadura militar. Esse ressurgimento de ações e movimentos conservadores trouxe à tona novos temas na política nacional (Ayer, 2014).

Além disso, a eleição de 2014 mostrou que os eventos de escala nacional tiveram um impacto direto na política estadual. A partir disso, os resultados das eleições para governador foram influenciados pelo clima de mudança originado pelas manifestações de 2013 e pela insatisfação política anterior às eleições de 2014. Dos 18 governadores que buscaram a reeleição, apenas 11 foram bem-sucedidos, representando o menor número desde 2002. Isso reflete a demanda por novos líderes e o descontentamento com os políticos em exercício, especialmente devido a questões como corrupção e má qualidade dos serviços públicos (Baquero, Castro e Ranincheski, 2016).

Dentre os governadores estaduais que conseguiram a reeleição, destaca-se o ex-governador do Estado do Paraná, Carlos Alberto Richa (PSDB). É importante ressaltar que Beto Richa, como é conhecido, pertencia ao mesmo partido de Aécio Neves, o PSDB, que obteve um significativo percentual de votos no Estado do Paraná em sua candidatura à Presidência da República em 2014. De acordo com o TSE (TSE, 2014), Aécio Neves conquistou no primeiro turno um total de 3.018.548 votos dos eleitores paranaenses e no segundo turno foi o candidato mais bem votado. A obtenção da maioria dos votos por Aécio Neves está intimamente ligada à reeleição de Beto Richa como governador do Estado. Durante o

período eleitoral, ambos os candidatos prestaram apoio mútuo e realizaram visitas conjuntas em eventos políticos em prol de Beto Richa. Um exemplo marcante foi o ato político que solidificou o apoio ao nome de Richa para a reeleição como governador do Paraná, ao mesmo tempo em que impulsionava a candidatura de Aécio Neves à Presidência da República, como pode ser observado na figura 1, retirada de uma notícia do site do PSDB em 2014.

Figura 1 - Aécio Neves e Beto Richa lideram encontro político com lideranças do PSDB em Curitiba - PR.



Fonte: PSDB Notícias (2014).⁴

Durante uma entrevista coletiva à imprensa, Aécio Neves defendeu a continuidade das políticas bem-sucedidas iniciadas no Paraná pelo governo tucano, demonstrando seu claro apoio às ações e às estratégias implementadas pela administração de Beto Richa e ressaltou: “é uma aliança entre a continuidade daquilo que, no Paraná, vem dando certo, com a mudança daquilo que, no Brasil, vem dando errado. Esta será a grande vitória dos brasileiros. Espero que tenhamos uma agora em julho, na Copa do Mundo, mas vamos ter outra belíssima vitória com a reeleição de Beto Richa” (PSDB Notícias, 2014).

A declaração de Aécio Neves reflete um descontentamento com as políticas implementadas pela então presidenta Dilma Rousseff,

⁴ PSDB Notícias: Aécio Neves manifesta apoio a Richa e defende aliança entre a continuidade e a mudança. (2014). Disponível em: <https://www.psdbr.org.br/acompanhe/aecio-neves-manifesta-apoio-richa-e-defende-alianca-entre-continuidade-e-mudanca/>. Acesso em: março de 2024.

que obteve um total de 1.972.761 votos no Estado já em primeiro turno (TSE, 2014). Ao destacar que as mudanças que não surtiram efeito em nível nacional, mas têm obtido sucesso no Estado do Paraná devido à eficaz administração do então governador Beto Richa, Aécio Neves sublinha a diferença de abordagens e resultados entre os contextos nacional e estadual.

Portanto, é evidente que o apoio de Aécio Neves influenciou significativamente as dinâmicas políticas no Paraná em 2014. Isso resultou em sua liderança como o candidato mais votado para a Presidência no Estado, enquanto Carlos Alberto Richa foi reeleito governador, tendo Maria Aparecida Borghetti como sua vice. Diante desse cenário, é importante examinar as dinâmicas políticas e o contexto político predominante no Estado do Paraná em 2014, com o intuito de identificar os agentes e os atores políticos que se destacaram e que muitas vezes representam uma herança política que atravessa gerações exercendo influência na política local e nas relações de poder existentes no território.

Eleições para governador no estado do Paraná em 2014: contextualização histórica, política e geográfica

Utilizar as ferramentas geográficas no estudo das eleições, especialmente as denominadas de novas tecnologias, é fundamental por várias razões. Uma delas é que a cartografia temática nos permite visualizar questões em seu conjunto, possibilitando a análise e transformação da imagem que temos da geografia política em determinadas regiões, como é o caso do Paraná.

Embora a temática das eleições no Brasil seja estudada por diversos autores de diferentes áreas, a cartografia eleitoral brasileira ainda é pouco explorada. No entanto, é um campo de estudo importante para refletir sobre questões fundamentais da vida no conjunto nacional. Fazer o recorte no Estado do Paraná, a partir da década de 2010, focando em compreender as relações políticas no âmbito governamental do Paraná, especialmente entre 2014 e 2018, é oportuno e relevante para compreender os padrões eleitorais e suas relações com os aspectos sociais, econômicos e políticos da região.

Ao explorar as relações entre variáveis como desenvolvimento regional, perfil socioeconômico dos eleitores e influência das forças

político-partidárias, os estudiosos destacam a importância da geografia política na formação das elites políticas locais e regionais (Avelar e Lima, 2000).

O destaque para a variável sentimentos partidários e a análise da nacionalização das eleições presidenciais no Brasil desde 1960 demonstram como fatores como região, idade e renda podem influenciar as preferências dos eleitores e a competição política entre diferentes candidatos e partidos (Lima Junior, 1999).

A dinâmica política no Paraná, que perdurou ao longo do século XIX e início do século XX, se faz essencial para analisar o papel das famílias oligárquicas que detinham e ainda detêm o cenário político na região. Essas famílias possuíam grandes extensões de terra e exerciam influência sobre a economia, a sociedade e, consequentemente, sobre a política paranaense.

A prática de nomear parentes para os cargos de confiança e prestígio na política paranaense não se limitou ao século XIX, mas continuou ao longo dos séculos XX e XXI. Esse fenômeno contribuiu para a consolidação de uma estrutura política em que as famílias exerciam um controle significativo sobre os aparatos estatais e as decisões políticas. Ao longo das décadas, várias famílias paranaenses mantiveram uma presença constante na cena política do Estado, utilizando conexões familiares para garantir a manutenção e a expansão de seu poder. Essa prática muitas vezes resultou em um cenário político marcado pela continuidade de lideranças políticas de uma geração para outra dentro das mesmas famílias (Almeida, 2017).

No caso contemporâneo, podemos usar o exemplo notável da família Richa, que desempenhou um papel proeminente na política do Paraná. Beto Richa, por exemplo, foi governador do Paraná por dois mandatos entre 2011 a 2018, sucedendo seu pai, José Richa, que ocupou o mesmo cargo entre 1983 a 1986. Além disso, outros membros da família Richa ocuparam e ainda ocupam diversos cargos políticos e administrativos no Estado.

O predomínio das chamadas famílias históricas nas eleições de 2014 no Paraná evidencia a continuidade dos fenômenos de concentração de poder político em determinadas linhagens familiares. Os nomes tradicionais das famílias, como Munhoz da Rocha, Camargo, Lupion, Richa e Silva estão entrelaçados na política do

Paraná nesse período que elegeram deputados estaduais e federais e também o governador (TRE, 2014).

A dinâmica da estrutura social no Paraná revela a presença marcante dessas famílias históricas em diversos espaços do cenário político. Como mencionado anteriormente, essas famílias não apenas competem entre si, mas também estabelecem alianças e conexões, nas quais, por exemplo, Bento Munhoz da Rocha Neto e Ney Braga eram cunhados, formando complexas redes sociais e políticas. Seu poder e influência são muitas vezes sustentados por um patrimônio que remonta à sua genealogia, com antepassados que eram proprietários de terras, comércios, redes de comunicação, entre outros recursos.

Para Oliveira (2012), essas famílias frequentemente estabelecem relações matrimoniais entre si, fortalecendo ainda mais seus laços e ampliando sua influência. Por meio dessas alianças e estratégias sociais, elas consolidam seu poder político e econômico, concentrando renda e protegendo seus interesses. Essas redes de riqueza e poder se estendem por várias gerações, criando um ciclo de dominação e influência que perdura ao longo do tempo.

Essa concentração de poder nas mãos de poucas famílias não apenas reforça as desigualdades sociais e econômicas, mas também pode limitar o acesso de outros grupos e indivíduos ao espaço político e às oportunidades de desenvolvimento. Além disso, pode perpetuar dinâmicas de clientelismo e corrupção, em que o acesso aos recursos públicos é direcionado para beneficiar essas elites estabelecidas (Oliveira, 2012).

Portanto, compreender essas redes de poder e riqueza é fundamental para analisar a política paranaense de forma mais abrangente e identificar possíveis estratégias de enfrentamento das desigualdades e de promoção de uma participação mais democrática e inclusiva na vida política do Estado.

A análise da conjuntura das eleições no Paraná e o cenário político em 2014, à luz do conceito de cultura política, nos permite compreender as atitudes e orientações dos indivíduos em relação aos assuntos políticos, bem como o papel que o cidadão desempenha na vida pública.

A partir de 1998, segundo Borba (2005), o debate sobre o processo de decisão do eleitor passou a ser influenciado pela mídia e pelo marketing político, resultando em um eleitor considerado

intuitivo. Marcello Baquero, em seu trabalho, problematiza como no Brasil também se manifesta um processo de descrédito na política e de percepção de sua ineficácia. Esse cenário contribui para uma cultura política fragmentada e personalista, conforme observado por Borba (2005).

Essa fragmentação da cultura política pode ser entendida como uma consequência da descrença nas instituições políticas tradicionais e na percepção de que as decisões políticas são guiadas mais pela personalidade dos candidatos do que por ideias ou propostas concretas. Isso pode levar a uma maior volatilidade no comportamento eleitoral, com os eleitores sendo influenciados por fatores emocionais e de imagem, em detrimento de uma avaliação mais racional das políticas e dos candidatos.

Portanto, ao analisarmos a cultura política estadual, é importante considerar não apenas as estratégias políticas adotadas pelos atores e grupos, mas também as percepções e atitudes dos cidadãos em relação ao sistema político como um todo. O entendimento desses elementos é fundamental para compreendermos os padrões de comportamento eleitoral e os desafios enfrentados pela democracia no Brasil.

Constata-se as questões profundas sobre a estruturação do poder político e social no Estado, destacando como o nepotismo desempenha um papel fundamental na produção e reprodução das desigualdades sociais históricas (Oliveira, 2000).

Ao observarmos o contexto de 2014, é evidente que o fenômeno do nepotismo não pode ser compreendido isoladamente, mas sim dentro de uma perspectiva de longa duração. Isso significa reconhecer que o nepotismo tem raízes profundas na história política e social do Paraná, com atores sociais e políticos bem definidos que se beneficiam desse sistema de favorecimento de parentes e aliados.

A análise descreve as estruturas de poder estabelecidas e a necessidade de promover mudanças significativas na política paranaense. A persistência do nepotismo como um mecanismo de perpetuação das elites políticas tradicionais reforça a importância de se buscar alternativas que possam garantir maior representatividade e participação democrática na tomada de decisões.

A análise do poder simbólico na sociedade paranaense revela como a continuidade do poder é mantida e perpetuada ao longo do tempo. Bourdieu (2014) destaca que esse poder simbólico é

estabelecido por meio de atos de conhecimento e reconhecimento práticos da fronteira mágica entre os dominantes e os dominados. Esses atos, muitas vezes sutis e imperceptíveis, são responsáveis por manter as estruturas de dominação e perpetuar o status quo.

Na sociedade paranaense, o poder simbólico desempenha um papel significativo na consolidação das elites políticas e econômicas, pois ele ajuda a legitimar a posição das elites, tornando-as mais aceitáveis e respeitáveis aos olhos da população. A utilização de símbolos como títulos, prêmios, tradições familiares e narrativas históricas justifica e perpetua a dominação dessas elites.

Além disso, as elites controlam o capital cultural, que inclui a educação, conhecimentos especializados e habilidades linguísticas, atributos valorizados socialmente. Esse controle contribui para a manutenção de sua posição de poder. As elites também influenciam a opinião pública, moldando a percepção da realidade social através dos meios de comunicação, cultura popular, literatura e outras formas de expressão simbólica.

Através de símbolos, rituais e práticas culturais, as instituições e os grupos dominantes reafirmam sua autoridade e legitimidade, enquanto os dominados, mesmo que inconscientemente, contribuem para a sua própria dominação.

Esse processo pode ser observado, por exemplo, na forma como certas famílias tradicionais são reconhecidas e valorizadas na política paranaense, consolidando sua posição de poder ao longo das gerações. O poder simbólico também se manifesta na maneira como as narrativas políticas são construídas e disseminadas, influenciando a percepção pública e moldando as relações de poder na sociedade (Almeida, 2017).

A expressão política no Paraná reflete, em grande medida, a construção histórica do País, onde diversas famílias históricas permanecem no poder e exercem uma influência significativa sobre os rumos da política estadual. Essas famílias não apenas se mantêm no poder, mas também se mobilizam e formam redes de sociabilidade que lhes permitem continuar dominando a esfera política e cooperando outras instâncias de poder.

Essa dinâmica contribui para a manutenção da estrutura de poder existente, garantindo a sobrevivência e a continuidade das elites políticas tradicionais. No entanto, é fundamental questionar essa concentração de poder e buscar alternativas que promovam

uma maior participação cidadã e uma distribuição mais equitativa do poder político.

No contexto das eleições estaduais no Paraná em 2010, a análise do quadro político revela a predominância de duas principais candidaturas, a de Beto Richa do PSDB e a de Osmar Dias do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que representavam as maiores forças políticas na disputa. Os demais candidatos, apesar de suas candidaturas, tinham uma expressão eleitoral menor, destacando a concentração de apoio em torno das principais forças políticas estaduais. Esse cenário ilustra a dinâmica do sistema político local e a distribuição de poder entre os diferentes atores políticos no Estado do Paraná (TRE, 2014). Em 2010, Beto Richa alcançou a vitória nas eleições para governador do Paraná, conquistando 52,44% dos votos válidos logo no primeiro turno. Sua vitória foi sobre seu adversário mais próximo, Osmar Dias, que obteve 45,63% dos votos. Nesse mesmo pleito, foram eleitos como senadores Roberto Requião e Gleisi Hoffmann.

Já a eleição para governador do Paraná em 2014 foi marcada por uma intensa disputa entre Beto Richa, buscando a reeleição, e Roberto Requião, que já havia ocupado o cargo em mandatos anteriores. Desde o início, as pesquisas de intenção de voto indicavam uma vantagem para Beto Richa, com previsões de que ele poderia vencer ainda no primeiro turno.

Durante o debate eleitoral, a troca de acusações e críticas entre os dois candidatos foi acirrada. Beto Richa, que enfrentava um cenário de obras paradas e crise financeira no Estado, procurou responsabilizar a gestão anterior de Roberto Requião por tais dificuldades. Ele destacou problemas herdados do governo anterior, incluindo questões financeiras e administrativas, como justificativa para os desafios enfrentados durante sua gestão (Gazeta do Povo, 2014).

Além disso, Richa também apontou para supostas manobras do governo federal em relação aos repasses de verbas para o Estado, sugerindo que essas dificuldades teriam sido agravadas por questões políticas e econômicas em nível nacional. Essa narrativa visava desviar a responsabilidade de sua gestão em meio às críticas e fortalecer sua posição como candidato à reeleição.

Por outro lado, Roberto Requião procurou destacar as falhas e as insuficiências da gestão de Beto Richa, apontando para questões

como educação, saúde e infraestrutura como áreas problemáticas durante o mandato do então governador. Ele apresentou propostas alternativas e criticou duramente a condução das políticas públicas pelo governo estadual (Gazeta do Povo, 2014).

No entanto, apesar das críticas e das tentativas de desqualificação mútua, Beto Richa conseguiu consolidar seu apoio e garantir a reeleição, vencendo a disputa e permanecendo no cargo de governador do Paraná por mais quatro anos. Essa eleição marcou mais um capítulo na longa história política entre Richa e Requião, dois dos principais protagonistas da política paranaense contemporânea.

A confirmação da reeleição em 2014 do governador com 100% das urnas apuradas reflete a consolidação do seu apoio popular e a continuidade das políticas implementadas durante o seu primeiro mandato. Ele recebeu 3.301.322 votos, o que corresponde a 55,7% dos votos válidos (TRE, 2014). O fato de Carlos Alberto Richa repetir o feito dos dois governadores anteriores, que também foram reeleitos, ressalta a estabilidade do sistema político paranaense e a preferência dos eleitores pela continuidade administrativa.

A trajetória de reeleição de Richa segue um padrão observado em outros Estados brasileiros, onde os eleitores tendem a favorecer a continuidade de governantes que obtiveram resultados satisfatórios em seus primeiros mandatos. Isso pode ser interpretado como um sinal de aprovação das políticas adotadas e da gestão do governo, bem como uma indicação de confiança por parte da população.

Além disso, o fato de Richa suceder a dois outros governadores que também foram reeleitos ressalta a influência das elites políticas tradicionais e a continuidade de certas dinâmicas de poder no Estado. Essa sucessão de governadores reeleitos pode indicar uma certa estabilidade nas estruturas políticas do Paraná, mas também levanta questões sobre a renovação e a diversificação do cenário político estadual.

Em suma, a reeleição de Richa representa não apenas a continuidade de sua administração, mas também reflete aspectos mais amplos da política paranaense, como a influência das elites políticas e a preferência dos eleitores pela continuidade administrativa.

Desse modo, para compreender a dinâmica político-partidária, no próximo capítulo vamos aprofundar o perfil dos candidatos que concorreram ao cargo de governador no Estado do Paraná em 2014. Os nomes que estavam na disputa eram: Roberto Requião de Mello e Silva – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Ogier Alberge Buchi – Partido Republicano Progressista (PRP), Geonísio Cesar Marinho – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Carlos Alberto Richa (PSDB), Gleisi Helena Hoffmann (PT), Bernardo Seixas Pilotto – Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Rodrigo Tomazini Dias – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e Tulio Marcelo Denig Bandeira – Partido Trabalhista Cristão (PTC) (TRE, 2014).

Cada um desses candidatos possui uma trajetória política e um conjunto de propostas que moldaram o panorama eleitoral na época. Vamos explorar detalhadamente quem são esses candidatos e o que representaram durante a campanha eleitoral de 2014.

O perfil eleitoral dos candidatos mais votados para governador do estado do Paraná

O propósito deste tópico é apresentar uma análise do perfil dos candidatos que se candidataram ao cargo de governador do Estado do Paraná, com ênfase em suas trajetórias políticas e ações no contexto local. Essa análise busca examinar diversos aspectos, como experiências anteriores, posicionamentos políticos, propostas e visões para o futuro, bem como avaliar o caráter e a integridade dos candidatos. Tal conhecimento é fundamental para os eleitores, pois lhes permite identificar qual candidato melhor representa seus interesses, valores e aspirações.

Portanto, destaca-se que foram oito os candidatos que disputaram o cargo de governador do Estado do Paraná nas eleições de 2014, sendo eles: Roberto Requião de Mello e Silva (PMDB), Ogier Alberge Buchi (PRP), Geonísio Cesar Marinho (PRTB), Carlos Alberto Richa (PSDB), Gleisi Helena Hoffmann (PT), Bernardo Seixas Pilotto (PSOL), Rodrigo Tomazini Dias (PSTU) e Tulio Marcelo Denig Bandeira (PTC). A partir disso, os três candidatos mais votados serão apresentados no decorrer desse tópico de análise.

Figura 2 — Carlos Alberto Richa (PSDB)



Fonte: Brasil (s.d.).

Beto Richa, nascido em Londrina em 29 de julho de 1965, é formado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Ele iniciou sua carreira política como deputado estadual em 1994, sendo reeleito quatro anos depois. Durante seu mandato, aprovou projetos e leis para a indenização de famílias de ex-presos políticos e para a criação do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas.

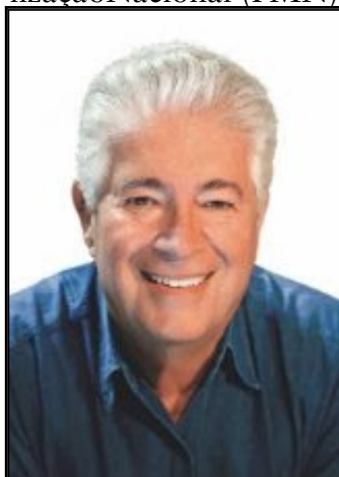
Em 2000, foi eleito vice-prefeito de Curitiba, assumindo também como secretário municipal de obras. Já em 2004, tornou-se prefeito do município, sendo reeleito em 2008 com uma votação expressiva. Durante sua gestão, priorizou investimentos em áreas sociais e de infraestrutura, como educação, saúde e transporte público (Secretaria de Estado da Comunicação Social).

Destacou-se pela criação da Linha Verde, uma importante obra viária que integrou diferentes regiões da cidade, promovendo desenvolvimento econômico e social. Richa também implementou os Contratos de Gestão, estabelecendo metas para sua equipe administrativa e monitorando seu cumprimento. Em 19 de junho de 2010, Beto Richa foi oficialmente lançado como candidato ao governo do Estado do Paraná pelo PSDB. Sua coligação contou com 11 partidos. Ele foi eleito governador já no primeiro turno, recebendo um total de 3.039.774 votos. Em

2014, Beto Richa foi reeleito governador do Paraná em primeiro turno. Após a apuração de 100% das urnas, ele recebeu um total de 3.301.322 votos, correspondendo a 55,7% dos votos válidos (TRE, 2014).

Em 11 de setembro de 2018, Beto Richa foi alvo de duas operações policiais. A primeira foi conduzida pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), resultando em sua prisão. A segunda operação foi realizada pela Polícia Federal como parte de uma etapa da Operação Lava Jato, na qual Richa foi alvo de busca e apreensão. Essas operações marcaram um episódio na trajetória política de Beto Richa, gerando repercussão nacional⁵. Em 2024, foi relatado que o PL convidou Beto Richa para ingressar em suas fileiras. A articulação foi conduzida com o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro e gerou especulações sobre as possíveis alianças e estratégias eleitorais para concorrer à prefeitura de Curitiba⁶.

Figura 3 — Roberto Requião de Mello e Silva – Partido da Mobilização Nacional (PMN)



Fonte: TSE (s.d.).

⁵ O Ministério Público do Paraná denunciou Beto Richa em várias ocasiões ao longo de sua trajetória política. As denúncias podem variar em relação aos casos específicos e às investigações em curso. Em 2018, por exemplo, o então governador do Paraná, Beto Richa, foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no âmbito da Operação Quadro Negro, que investiga desvios de verbas públicas destinadas à construção e à reforma de escolas no Estado. Essa denúncia faz parte de um contexto mais amplo de investigações sobre possíveis irregularidades envolvendo seu nome. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/01/25/beto-richa-e-alvo-de-prisao-preventiva.ghml>. Acesso em: fevereiro de 2024.

⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/03/15/convite-do-pl-para-beto-richa-em-articulacao-conduzida-por-bolsonaro-movimenta-o-quadro-eleitoral-em-curitiba.ghml>. Acesso em: fevereiro de 2024.

De acordo com a Secretaria de Estado da Comunicação Social⁷, Roberto Requião de Mello e Silva, nascido em 05 de março de 1941 em Curitiba, é um político brasileiro com vasta experiência em cargos públicos. Formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná e em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, além de cursar Urbanismo pela Fundação Getulio Vargas. Requião ocupou cargos como deputado estadual, prefeito de Curitiba, governador do Paraná e senador da República, tendo sido eleito para mandatos consecutivos. Como senador, obteve a maior votação proporcional da história do Paraná.

Como prefeito de Curitiba (1986-1989), implementou a primeira ouvidoria-geral do País e promoveu mudanças estruturais na administração municipal, incluindo a criação de freguesias e a implantação de transporte coletivo. Como secretário de Desenvolvimento Urbano do Paraná (1989-1990), lançou programas de desenvolvimento urbano e saneamento ambiental (Secretaria de Estado da Comunicação Social).

Segundo a Secretaria de Estado da Comunicação Social, em seu primeiro mandato como governador do Paraná (1991-1994), realizou diversas obras de infraestrutura, programas sociais e iniciativas para o desenvolvimento rural. No Senado Federal (1994-2002), destacou-se por sua atuação em comissões parlamentares e por projetos de lei relacionados à transparência e ao combate à corrupção. Em seu segundo mandato como governador (2003-2007), focou em políticas sociais, recuperação econômica e investimentos em setores como educação, saúde e segurança pública. Suas ações impactaram positivamente o Estado, promovendo avanços significativos em diversas áreas.

Em 2014, Roberto Requião concorreu ao cargo de governador do Estado, obtendo um total de 1.634.316 votos (TSE, 2014). O PMDB do Paraná, em sua convenção estadual, optou por lançar o senador Roberto Requião como candidato próprio ao governo estadual, em vez de estabelecer uma coligação com o PSDB. Requião, que já havia exercido o cargo de governador por três mandatos, foi escolhido em uma votação na qual 319 delegados apoiaram a candidatura própria, enquanto 250 votaram a favor

⁷ PARANÁ-GOVERNO DO ESTADO: Casa civil - Roberto Requião de Mello e Silva. Secretaria de Estado da Comunicação Social. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Roberto-Requiao-de-Mello-e-Silva> . Acesso em: março de 2024.

da coligação. A convenção foi marcada por tumultos e confrontos entre os apoiadores das diferentes propostas, mas o resultado confirmou a candidatura de Requião (Castro, 2014).

Por fim, destaca-se que em abril de 2024, Roberto Requião deixou o PT e filiou-se ao PMN, lançando novamente sua candidatura à prefeitura de Curitiba. Requião tem como candidato a vice-prefeito Marcelo Henrique Paula Pinto, também do PMN. Juntos, concorrem com o número de urna 33 (TSE, 2024).

Figura 4 — Gleisi Helena Hoffmann (PT)



Fonte: Brasil (s.d.).

De acordo com a Câmara dos Deputados, Gleisi Helena Hoffmann é natural de Curitiba – PR, advogada, pós-graduada em Gestão de Organizações Públicas e Administração Financeira e deputada federal do Paraná.

A deputada já foi secretária de Estado no Mato Grosso do Sul e secretária de Gestão Pública no Estado do Paraná. Em 2002, no período da primeira posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gleisi assumiu o cargo de diretora financeira da Itaipu Binacional, onde propôs mudanças e melhorias significativas no âmbito da gestão econômica da empresa.

Gleisi Hoffmann também desenvolveu programas de cunho social relevantes, como o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) e o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras, ambos voltados aos habitantes da região fronteira do

Paraná. Ademais, a atual proposta que viabiliza a aposentadoria para mulheres domésticas, assim como a sugestão da reserva de 50% das vagas parlamentares para as mulheres, também fora apresentada pela deputada, que mostra seu afinho na luta pelo direito das mulheres.

Ainda de acordo com o site do PT, em 2010, Gleisi Hoffmann tornou-se a primeira mulher eleita para ocupar uma vaga no Senado pelo Paraná, com mais de 3 milhões de votos. Posteriormente, no ano de 2011, durante o mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, Gleisi assumiu a chefia da Casa Civil da Presidência da República, posição em que permaneceu até 2014, quando voltou ao Senado Federal.

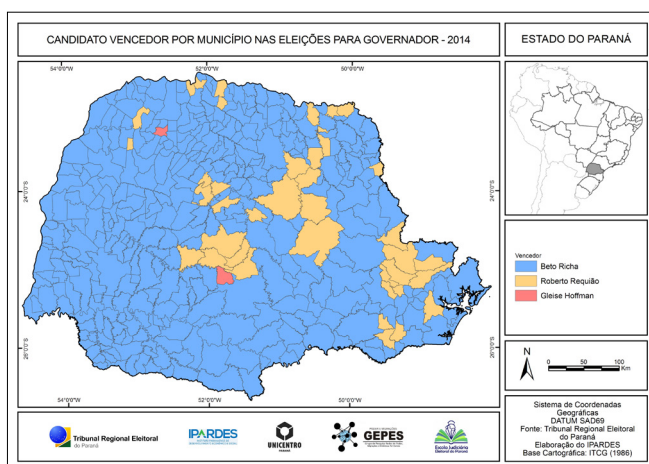
Em 2017, a advogada foi tanto eleita para a função de líder dos senadores, como eleita e reeleita para a presidência nacional do PT. Atualmente, Gleisi Hoffmann foi reeleita deputada federal pelo PT-PR nas eleições de 2022.

A cartografia eleitoral: trilhando caminhos e tendências no Estado do Paraná

A análise espacial de votos tem ganhado importância nas ciências políticas e na geografia eleitoral, pois permite compreender como o espaço e o território influenciam os resultados eleitorais. Em uma eleição, o comportamento do eleitorado pode ser determinado por uma série de fatores, incluindo a economia local, a demografia, bem como questões culturais e sociais. Assim, explorar a correlação entre os fatores espaciais — como a localização geográfica dos municípios, sua densidade populacional, indicadores socioeconômicos e a infraestrutura — e os resultados eleitorais pode revelar divisões geográficas de apoio político, que muitas vezes refletem padrões sociais, econômicos ou ideológicos de cada região ou município.

Dessa forma, entender o contexto local é fundamental na análise do comportamento eleitoral, pois os eleitores de diferentes regiões votam de acordo com suas realidades e percepções sobre qual candidato melhor representa seus interesses. Portanto, a análise espacial dos resultados eleitorais para o governo do Paraná em 2014 apresentada destaca os três candidatos que obtiveram maior percentual de votos, sendo eles Beto Richa, Roberto Requião e Gleisi Hoffmann, como exposto na Figura 5 a seguir.

Figura 5 - Eleições para governador do Estado do Paraná em 2014 – candidato vencedor por município.



Fonte: TRE-PR (2014). Organização: IPARDES (2024).

Ao analisar a Figura 5, o qual apresenta a distribuição espacial dos municípios com maior percentual de votos para o candidato, observa-se que Carlos Alberto Richa, que possuía como nome de urna, Beto Richa, conquistou uma votação expressiva na maior parte dos municípios do Paraná. O candidato obteve um total de 3.301.322 votos, correspondendo a 55,67% do total, o que consolidou sua vitória com ampla margem sobre os concorrentes e alcançou reconhecimento em todas as regiões do Estado.

Em contrapartida, o segundo candidato mais votado foi Roberto Requião, que obteve 1.634.316 votos, representando 27,56% do total. Requião concentrou sua base de apoio principalmente na região centro-sul do Estado, destacando-se em municípios como Turvo, Boa Ventura de São Roque e Pitanga. Também obteve uma presença significativa na região centro-oriental, onde municípios como Tibagi, Telêmaco Borba e Ortigueira contribuíram expressivamente para sua votação. Na Região Metropolitana de Curitiba e em municípios próximos à capital paranaense, Requião também conseguiu angariar apoio, reforçando seu desempenho em áreas específicas do Estado, ainda que de forma menos ampla em comparação com seu principal concorrente. Esse padrão de votação reflete uma

concentração regionalizada de sua base eleitoral, em contraste com a distribuição mais homogênea de votos de Beto Richa.

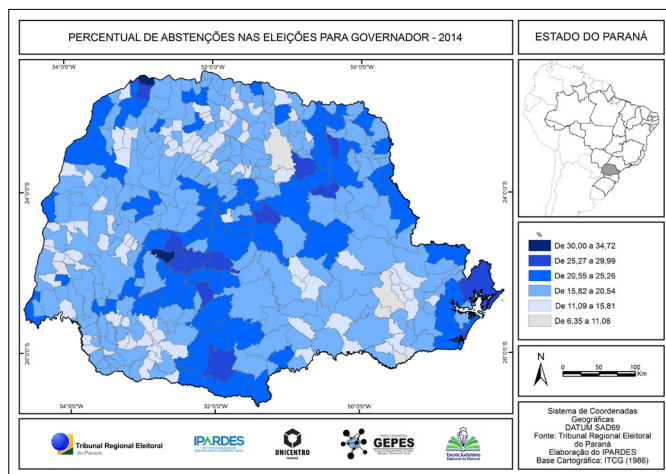
Por fim, a terceira candidata mais votada na disputa pelo governo do Estado foi Gleisi Hoffmann, que obteve um total de 881.857 votos, representando 14,87% do eleitorado. Gleisi destacou-se especialmente em dois municípios: Campina do Simão, localizado na região centro-sul, e Paraíso do Norte, situado na região noroeste do Paraná, onde obteve votos de maior percentual quando comparada aos outros candidatos.

Nesse contexto, outra análise importante ao observar o mapa é que, embora Gleisi Hoffmann e Roberto Requião sejam naturais de Curitiba, nenhum dos dois conseguiu obter uma votação expressiva na capital. Por outro lado, Beto Richa, apesar de ser natural de Londrina, obteve maior reconhecimento e uma ampla base de votos em Curitiba e em todo o Estado. Esse contraste demonstra a capacidade de mobilização política e o reconhecimento regional de Beto Richa para seu sucesso eleitoral, alcançando uma votação significativamente superior, mesmo fora de sua cidade natal.

A partir disso, uma importante análise a ser considerada para a eleição de 2014 envolve os dados referentes aos votos brancos, nulos, comparecimento e abstenções dos eleitores paranaenses. De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), foram registrados 221.614 votos brancos, representando 3,39% do total, e 252.325 votos nulos, correspondendo a 3,86%. O comparecimento alcançou 83,15%, com 6.536.251 votantes, enquanto a abstenção foi de 1.324.920 eleitores, ou 16,85%.

A soma de votos nulos, brancos e as abstenções indica uma possível descrença ou insatisfação do eleitorado em relação à política local, sugerindo que muitos eleitores não encontraram candidatos que os representassem na política do Paraná. Ainda nesse aspecto, a alta taxa de abstenção, que alcançou 16,85%, demonstra que uma parcela considerável dos eleitores optou por não comparecer às urnas, evidenciando um desinteresse tanto pelo processo eleitoral quanto pela própria democracia. Essa realidade pode ser visualizada na Figura 6, que apresenta a distribuição espacial da abstenção entre os eleitores paranaenses.

Figura 6 - Percentual de abstenção de votos (%) por município no Estado do Paraná.



Fonte: TRE-PR (2014). Organização: IPARDES (2024).

Ao analisar a Figura 6, é fundamental compreender a legenda de cores, que varia entre tons mais claros e mais escuro. Esse gradiente indica que, nos municípios com coloração mais clara, houve menor abstenção, enquanto nos de coloração azul-escura, a abstenção foi maior. Assim, é possível observar um arco de abstenções que atravessa o Estado da região Norte Pioneira à região sudoeste, com percentuais variando entre 20,55% e 25,26%, chegando em alguns municípios a até 29,99%.

Os municípios que registraram os maiores índices de abstenção, variando entre 30,00% e 34,72%, foram Altamira do Paraná e Diamante do Norte. Em contraste, também houve regiões com baixos índices de abstenção, como a Região Metropolitana de Curitiba, assim como alguns municípios esparsos na região Norte Central Paranaense e na região oeste.

É importante destacar que as eleições de 2014 foram marcadas pelo maior número de abstenções desde 1998 em todo o território brasileiro. De acordo com a Câmara dos Deputados (2014), quase 28 milhões de eleitores não compareceram às urnas no primeiro turno, o que corresponde a cerca de 20% do eleitorado nacional. Em comparação com as eleições gerais de 2010, houve um aumento de 2,2 milhões de eleitores que deixaram de votar, representando 18,12% do eleitorado naquele ano. Segundo uma reportagem do jornal El País,

o elevado índice de abstenções estava diretamente relacionado à desmotivação e à falta de alternativas políticas no País, uma situação que não era exclusiva do Brasil⁸.

Esse cenário reflete uma crise de representação e um desafio para a democracia, que precisa encontrar formas de revitalizar o interesse dos eleitores e oferecer alternativas políticas que atendam às suas expectativas e preocupações. A situação de 2014 destaca a necessidade urgente de reformas e de maior envolvimento das instituições políticas com o eleitorado, tanto no Estado do Paraná quanto em todo o território brasileiro. Assim, os próximos tópicos irão explorar a distribuição dos votos e os índices de votação alcançados pelos três candidatos mais votados na eleição para governador do Estado do Paraná em 2014.

Análise contextual e mapeamento do voto do candidato Carlos Alberto Richa (PSDB)

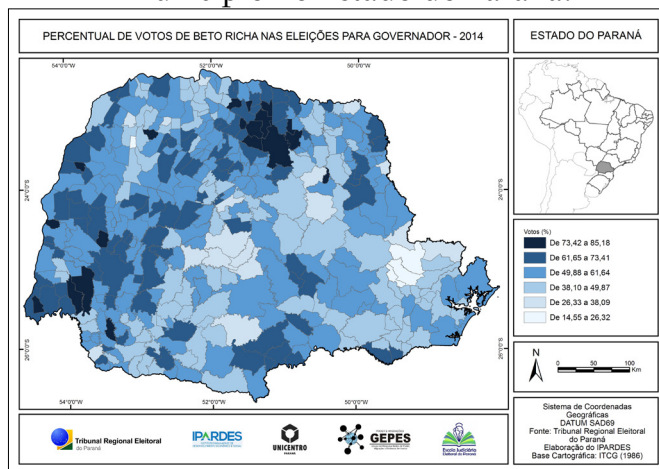
A vitória de Beto Richa nas eleições de 2014 demonstrou sua ampla aceitação em diversas regiões do Paraná, como revelado no mapa acima. Em muitos municípios, ele obteve mais de 49% dos votos, o que indica sua forte influência e apoio popular. Essa distribuição de votos refletiu, à época, sua popularidade e também sua campanha para alcançar diversas camadas da população paranaense.

A vitória em várias regiões do Estado pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo a continuidade de projetos e políticas públicas que agradaram a população e também a sua atuação prévia como prefeito de Curitiba e governador do Estado em anos que antecederam a sua reeleição.

A Figura 7 a seguir apresenta uma análise dos resultados eleitorais de Beto Richa no Estado do Paraná, destacando as áreas onde obteve mais votos. As informações estão dispostas em um gradiente de cores que varia do azul-claro ao azul-escuro. Nesse esquema, as tonalidades mais claras representam um menor percentual de votos, enquanto as tonalidades mais escuras indicam um apoio mais expressivo ao candidato.

⁸ Os protestos de junho de 2013 fizeram os congressistas temer pelas suas cadeiras. As manifestações representavam um enorme descontentamento político e, no ano anterior à eleição, poderiam ter servido de munição para um debate mais amplo e, talvez, para uma mudança social [...] As motivações dos que ficaram em casa ou anularam seu voto nesta eleição compartilham dois elementos comuns: desmotivação e falta de alternativa (Martín, Maria, 2014). *Jornal El País*: Abstenção é a mais alta desde 1998. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/07/politica/1412713399_211493.html. Acesso em: setembro de 2024.

Figura 7 - Percentual de votos (%) de Carlos Alberto Richa por município no Estado do Paraná.



Fonte: TRE-PR (2014). Organização: IPARDES (2024).

Fica evidente, ao observar a figura, que a região oeste do Paraná se destacou no apoio a Beto Richa, com a maioria dos municípios registrando mais de 49,88% dos votos. Entre esses municípios, Céu Azul, Matelândia, Santa Terezinha de Itaipu e Maripá chamam a atenção por terem percentuais de votos entre 73,42% e 85,18%, configurando um apoio bastante elevado. A coloração mais escura nessas áreas confirma essa tendência, visualmente representando o peso eleitoral que o candidato obteve na região.

Na região norte do Paraná, Beto Richa também se destacou nas eleições de 2014, recebendo o apoio popular. Assim como no oeste do Estado, diversos municípios do norte apresentaram um percentual de votos superior a 49,88% para o candidato. Municípios como Londrina, Cambé, Sertãozinho, Ibiporã e Jataizinho figuram entre as que registraram entre 73,42% e 85,18% das intenções de voto, demonstrando um apoio significativo ao político. Além desses municípios, ao menos 12 cidades do norte do Paraná seguiram esse mesmo padrão, com resultados acima de 73,42%, evidenciando a ampla aceitação de Beto Richa nessa região.

Por outro lado, na região central do Paraná, o desempenho de Beto Richa nas eleições de 2014 não foi tão numeroso quanto nas regiões norte e oeste. Em todos os municípios dessa região, o percentual de votos ficou acima de 26,33%, o que demonstra uma

base de eleitores considerável, mesmo que em menor intensidade em comparação a outras partes do Estado.

Municípios como Guamiranga, Imbituva, Manoel Ribas e Ivaí destacaram-se por percentuais de votos que variaram entre 61,65% e 73,41%, representando as áreas de maior apoio ao candidato dentro da região central. Esses resultados indicam que, embora não fosse sua maior zona de influência, Beto Richa ainda conseguiu mobilizar expressivos segmentos da população, principalmente em cidades de pequeno porte e com perfil socioeconômico mais ligado ao setor rural.

Nesse sentido, municípios como Guarapuava, Prudentópolis e Cândido de Abreu registraram percentuais de votos entre 49,88% e 61,64%, ficando abaixo dos números observados nas regiões norte e oeste. Municípios como Pinhão e Pitanga, que apresentaram os percentuais mais baixos, com votos entre 26,33% e 38,09%, indicam que a aceitação de Beto Richa foi mais limitada nessas áreas.

Na região sul e sudeste do Estado, Beto Richa também teve apoio da população, o percentual nessas regiões ficou acima de 26,33% e 38,08%. Bituruna, Porto Vitória, União da Vitória, Paula Freitas, Pato Branco e Bom Sucesso do Sul tiveram percentuais acima de 60% da população. Entretanto, na região a leste do Paraná, os percentuais ficaram acima de 26%, mas não ultrapassaram os 73% dos votantes totais de cada município. Curitiba e Ponta Grossa, por exemplo, registraram percentuais acima de 49% de votantes em Beto Richa.

Análise contextual e mapeamento do voto do candidato Roberto Requião de Mello e Silva (PMN)⁹

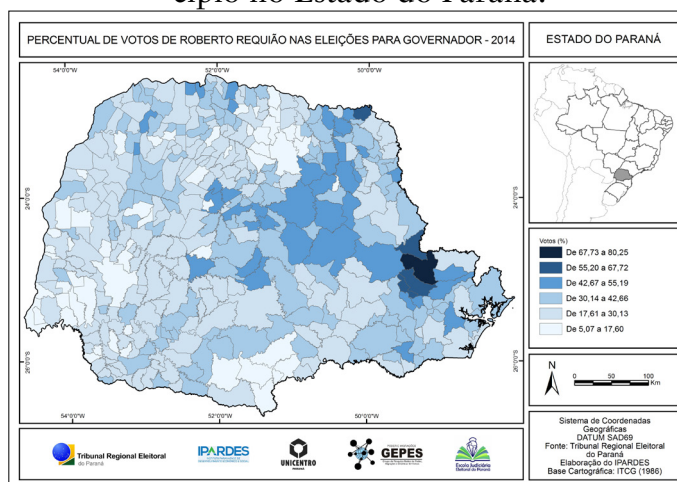
Roberto Requião de Mello e Silva possui uma longa trajetória na política, especialmente na política paranaense. Ele foi eleito governador do Estado em 1991 e voltou ao cargo em 2003, sendo reeleito para um terceiro mandato em 2007. Já em 2014, Requião candidatou-se novamente ao governo, tendo como vice Cleusa Rosane Ribas Ferreira, pertencente ao Partido Verde (PV). Inicialmente, Cleusa seria candidata opositora, mas, devido a articulações

⁹ No período da eleição de 2014, o candidato era filiado ao partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Sua filiação ao PMN ocorreu em 2024.

políticas, uniu-se à chapa de Requião como sua vice, demonstrando o apoio do PV (TSE, 2014).

A análise histórica é importante para compreender as dinâmicas de distribuição dos votos de Requião no Paraná, já que sua carreira consolidada, marcada por sucessivos mandatos, reflete sua influência e o reconhecimento alcançado ao longo de décadas de atuação política. Assim, a geografia eleitoral analisou a distribuição dos votos obtidos por Requião na eleição de 2014, identificando os municípios onde o candidato teve maior desempenho como exposto na Figura 8.

Figura 8 - Percentual de votos (%) de Roberto Requião por município no Estado do Paraná.



Fonte: TRE-PR (2014). Organização: IPARDES (2024).

O mapeamento buscou compreender os padrões regionais de apoio ao candidato, destacando as áreas em que ele recebeu mais votos e revelando tendências específicas em sua base eleitoral. Dessa forma, ao analisar a figura e a espacialidade dos votos obtidos por Roberto Requião, é possível identificar que seu maior percentual de votos se deu na Região Metropolitana de Curitiba e na região centro-oriental do Paraná. Esses resultados refletem a conexão que Requião estabeleceu ao longo dos anos com o eleitorado dessas regiões, em parte devido ao seu histórico de atuação política, seu legado como ex-governador e sua imagem como um progressista.

Os votos obtidos por Roberto Requião na Região Metropolitana de Curitiba podem ser explicados pela identificação do eleitorado com seu perfil de liderança. Nascido em Curitiba, Requião foi prefeito da cidade em 1985, além de ter atuado como secretário estadual e deputado federal. Esse histórico político e sua forte ligação com a região foram fatores determinantes para que muitos eleitores locais o escolhessem como candidato, reforçando seu apoio na área.

Na Região Metropolitana de Curitiba, o município de Cerro Azul se destacou com Requião obtendo entre 67,73% e 80,25% dos votos. Em outros municípios da região, como Doutor Ulysses, Rio Branco do Sul e Itaperuçu, o candidato conquistou de 55,20% a 67,72%. Já em localidades como Quitandinha, Morretes, Tunas do Paraná, Bocaiúva do Sul, Colombo e Almirante Tamandaré os percentuais de votos em Requião variaram entre 42,67% e 55,19%.

Sendo assim, destacam-se outras áreas em que o candidato obteve votos expressivos: região centro-oriental e o Norte Pioneiro do Estado. Nos municípios de Castro, Tibagi, Reserva, Ortigueira e Telêmaco Borba, pertencentes à região Centro-Oriental, Requião também teve destaque. Já no Norte Pioneiro, o município de Cambará se sobressaiu em relação aos demais, com o candidato obtendo percentuais entre 55,20% e 67,72% dos votos. Em outros municípios dessa região, como Andirá, Bandeirantes e Santa Mariana, Requião registrou percentuais entre 42,6% e 55,19%.

Nos municípios das regiões Norte Central Paranaense, oeste e sudoeste do Estado, o candidato obteve percentuais reduzidos de votos, muitas vezes entre 5,07% e 17,60%. Esse desempenho foi especialmente fraco em cidades de grande porte populacional, como Foz do Iguaçu, Cascavel e Londrina, além de municípios próximos a Londrina, como Cambé. Ao analisar a Figura 8, nota-se que, embora os percentuais de votos variem nessas regiões, em todos os municípios o candidato apresentou baixos índices de apoio, com percentuais de elegibilidade entre 17,61% e 55,19%.

Nesse sentido, é importante revisitar a figura de espacialização dos votos de Carlos Alberto Richa. Ao comparar esses dados com o mapa de distribuição de votos de Roberto Requião, fica evidente que Requião obteve percentuais baixos justamente nas regiões onde Beto Richa recebeu grande apoio. Esse cenário reflete a tendência dessas áreas de se alinhar a forças políticas de centro-direita, em contraste com a postura mais à esquerda que Requião adotou nos

últimos anos. O declínio de votos para Requião nessas regiões pode ser parcialmente explicado por essa mudança no perfil ideológico do eleitorado local.

Por fim, a espacialização dos votos de Roberto Requião revelou uma nítida divisão geográfica e ideológica no Paraná. Em algumas regiões, como a centro-oriental, o candidato obteve percentuais de votos significativos em praticamente todos os municípios, enquanto em outras, seu desempenho foi consistentemente baixo. Essa análise não apenas destaca as variações eleitorais entre as regiões, mas também permite compreender os contextos sociais e históricos que influenciam as escolhas de voto, refletindo as diferentes dinâmicas políticas presentes no Estado.

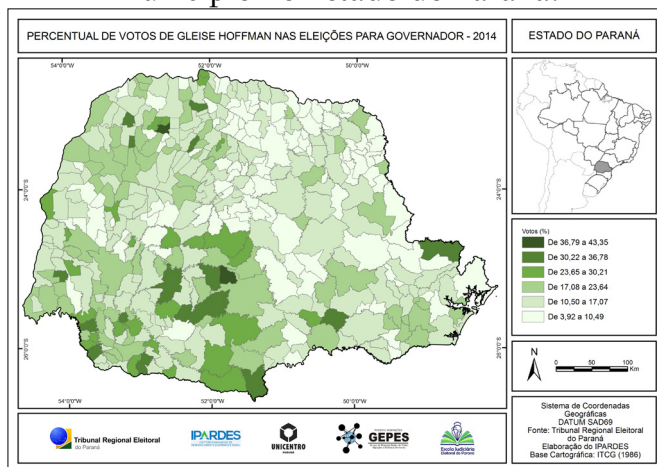
Análise contextual e mapeamento do voto da candidata Gleisi Helena Hoffmann (PT)

A candidata Gleisi Helena Hoffmann, apesar de figurar entre os três candidatos mais votados para o governo do Paraná, foi a que obteve a menor quantidade de votos no grupo. Esse desempenho pode ser explicado por uma série de fatores, sendo um dos principais a forte influência de seu adversário direto, Beto Richa, que já contava com ampla acessibilidade e influência no Estado. Além disso, o Paraná tem uma tradição política marcada pela hegemonia de candidatos eleitos pelo PSDB, o que reforça a dificuldade de penetração de nomes de outros partidos.

Outro ponto relevante é o preconceito ainda presente em relação às mulheres em posições de poder, especialmente em um cenário político dominado por figuras masculinas, como é o brasileiro. Esse aspecto cultural, somado aos desafios específicos da disputa política no Paraná, contribuiu para o resultado desfavorável da candidatura nas urnas.

Dessa forma, a Figura 9 a seguir apresenta uma análise dos resultados eleitorais da candidata Gleisi Hoffmann no Estado do Paraná, destacando as áreas onde obteve mais votos. Os valores estão apresentados em um gradiente de cores que varia do verde-claro ao verde-escuro. Nesse esquema, as tonalidades mais claras representam um menor percentual de votos, enquanto as tonalidades mais escuras indicam um apoio mais expressivo à candidata.

Figura 9 - Percentual de votos (%) da Gleisi Hoffmann por município no Estado do Paraná.



Fonte: TRE-PR (2014). Organização: IPARDES (2024).

Ao analisar a figura acima, é possível notar que a região geográfica intermediária centro-sul paranaense foi a que apresentou maior apoio à candidatura de Gleisi Hoffmann, com um único município, denominado Campina do Simão, registrando um percentual de 36,29% a 43,35% dos votos, além de uma quantidade considerável de municípios que apresentaram percentuais variando de 36,78% a 30,21%. A coloração mais escura nessa área confirma essa tendência, que representa o maior apoio à candidata na região.

É possível observar um certo destaque, embora menor, da candidatura nas regiões sudoeste, noroeste e oeste do Paraná, com uma grande quantidade de municípios registrando percentuais de votos que variam de 10,50% a 23,64%. Além disso, alguns municípios isolados apresentaram porcentagens mais elevadas, como Santo Antônio do Sudoeste e Planalto, no sudoeste, com percentuais entre 30,21% a 36,78%, e Ramilândia, no oeste, com a mesma faixa percentual. Paraíso do Norte, no noroeste, foi o único município da região a registrar uma porcentagem maior, variando entre 43,53% e 36,29%, evidenciando uma aceitação média da candidata nessa região.

Por outro lado, nas regiões Norte Central Paranaense, Norte Pioneiro, centro-oriental e na Região Metropolitana de Curitiba o desempenho de Gleisi Hoffmann nas eleições para governador em 2014 foi quase insignificante, especialmente se comparado a outras regiões e, mais ainda, ao desempenho de seus candidatos adversários. O percentual de votos obtidos nessas áreas variou de 3,92% a 23,64%, com exceção do município de Adrianópolis, onde a porcentagem de votos oscilou entre 30,21% e 36,78%. Isso indica uma base de apostas bastante reduzida em comparação com outras partes do Estado.

Em conclusão, a análise do mapa evidencia que a região centro-sul foi a principal base de apoio para Gleisi Hoffmann, com Campina do Simão registrando os maiores percentuais de votos. Apesar de um apoio modesto nas regiões sudoeste, noroeste e oeste, a aceitação da candidata nessas áreas foi inferior em comparação àquela encontrada no centro-sul. Por outro lado, as regiões Norte Central Paranaense, Norte Pioneiro e a Região Metropolitana de Curitiba apresentaram um desempenho quase insignificante, refletindo uma resistência notável à sua candidatura.

Considerações finais

Este estudo buscou apresentar um contexto histórico e social para entender a escolha do voto e o comportamento do eleitorado no Estado do Paraná, destacando alguns pontos. Em primeiro lugar, o mapeamento e a análise espacial dos resultados das eleições de 2014 revelaram como o território e o contexto local influenciam profundamente as preferências políticas dos eleitores. A distribuição geográfica dos votos dos três principais candidatos — Beto Richa, Roberto Requião e Gleisi Hoffmann — mostrou como fatores socioeconômicos, culturais e históricos moldaram os padrões de apoio eleitoral.

Salienta-se então que Beto Richa, vencedor com ampla margem, apresentou uma distribuição homogênea de votos, destacando-se nas regiões norte e oeste e se firmando como uma figura central em várias áreas do Estado, incluindo a

capital. Roberto Requião, embora derrotado, consolidou sua base de apoio em regiões onde tinha laços políticos mais fortes, fruto de sua experiência como governador e senador. Gleisi Hoffmann, terceira colocada, teve um desempenho regionalizado, com maior apoio no centro-sul, especialmente em Campina do Simão. No entanto, enfrentou dificuldades no norte e na Região Metropolitana de Curitiba, possivelmente devido à influência do PSDB de Beto Richa.

Sendo assim, além da análise dos votos dos candidatos, este trabalho também explorou os índices de abstenção, votos nulos e brancos, que evidenciam uma insatisfação significativa entre os eleitores paranaenses. A alta abstenção de 16,85% nas eleições de 2014, a maior desde 1998, refletiu uma crise de representação que não foi exclusiva do Paraná, mas parte de uma tendência nacional.

A reeleição de Beto Richa em 2014 reflete não apenas a aceitação popular de sua administração, mas também a tendência de continuidade política no Estado, onde elites locais e famílias tradicionais mantêm uma presença forte e consolidada. Em suma, o comportamento eleitoral no Paraná em 2014 foi influenciado por uma combinação de fatores históricos, regionais e sociais. Compreender essas questões é fundamental para qualquer esforço de aperfeiçoamento da democracia, tanto no Paraná quanto em todo o Brasil.

REFERÊNCIAS

- AYER, Flávia. **Retrospectiva do “turbilhão” na política brasileira em 2014**. Estado de Minas, 2014. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/12/29/interna_politica,603155/o-turbilhao-chamado-2014.shtml . Acesso em: março de 2024.
- Agência da ONU para refugiados (ACNUR). **Um milhão de refugiados e migrantes fugiram para a Europa em 2015**. 2015. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2015/12/22/um-milhao-de-refugiados-e-migrantes-fugiram-para-a-europa-em-2015/>. Acesso em: março de 2024.
- ALMEIDA, Letícia Leal de. Quando a política se torna “coisa” de família: análise das relações familiares na política paranaense nas eleições de 2014. In: **III Seminário Internacional História do Tempo Presente-ISSN 2237 4078**. 2017.
- AVELAR, Lúcia; LIMA, Fernão Dias de. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 195-223, 2000.
- BAQUERO, Marcello; DE CASTRO, Henrique C.; RANINCHESKI, Sônia M. (Des) confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 32, p. 9-38, 2016.
- BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. XI, p.147-168, mar. 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro, BestBolso, 2014.
- Câmara dos Deputados (2014). **Abstenção em 2014 é a maior das últimas eleições**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/442609-abstencao-em-2014-e-a-maior-das-ultimas-eleicoes/> . Acesso em: set de 2024.
- CASTRO, Fernando. Eleições 2014 RPC- PR: **PMDB opta por candidatura própria e lança Requião ao governo do Paraná**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2014/noticia/2014/06/pmdb-opta-por-candidatura-propria-e-lanca-requiao-ao-governo-do-parana.html> . Acesso em: março de 2024.
- CASTRO, Iná Elias de. Espaço político. **GEOgraphia**, v. 20, n. 42, p. 120-126, 2018.

CHAIA, Vera Lucia Michalany; BRUGNAGO, Fabricio. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política*, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2014.

CUNHA, Carolina. **América Latina - México elege presidente esquerdista em vitória histórica**. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/america-latina-mexico-elege-presidente-esquerdista-em-vitoria-historica.htm#:~:text=Enquanto%20a%20Am%C3%A9rica%20Latina%20caminha,o%20pa%C3%ADs%20pela%20primeira%20vez>. Acesso em: março de 2024.

Gazeta do Povo. **Eleições 2014**, Curitiba, 05 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/eleicoes/2014/conteudo.phtml?id=1504118>. Acesso em março de 2024

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, p. 11-30, 1999.

MELÉNDEZ, José. **Sólis encerra de uma vez décadas de bipartidarismo na Costa Rica**. San José - Costa Rica. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/08/internacional/1399558721_118808.html. Acesso em: março de 2024.

MOROTTI, Fernanda Gdyria. **Cerén, Salvador Sanches**. São Paulo - SP. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-ceren-salvador-sanches>. Acesso em: março de 2014.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930). Campinas: Unicamp, 2000 (**Tese de doutorado em Sociologia**).

_____. **Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Insight Ed, 2012.

Partido dos Trabalhadores (PT). Gleisi Hoffmann. Disponível em: <https://pt.org.br/gleisi-hoffmann>. Acesso em: março de 2024.

ROCHA, Maria Eduarda Mota. **Lições de uma eleição**: El País - Brasil, 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/25/politica/1414253175_228658.html . Acesso em: março de 2024.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE). **Eleições de 2014 no Paraná**. Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014>. Acesso em fevereiro de 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Resultados das Eleições 2014: #Vem pra Urna**. Disponível em: <https://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014/resultado-das-eleicoes-2014>. Acesso em: março de 2024

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) - Estatísticas de Candidaturas. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home>. Acesso em: set de 2024.

TURRER, Rodrigo. **O que representa o acordo nuclear com o Irã?** 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/04/o-que-representa-o-acordo-nuclear-com-o-ira.html>. Acesso em: março de 2024. .